

REFLEXÕES SOBRE A ESCOLHA DA PARCERIA CONJUGAL*

Carlos Alberto Dias¹
Juliana Mendes Alves²

Resumo: A necessidade de fazer escolhas está presente na vida de qualquer ser humano sendo a da parceria conjugal uma das mais complexas. O conhecimento do modo como se processam essas escolhas possibilita a abertura de um espaço de reflexão sobre o tema, constituindo-se num instrumento útil para programas educacionais que visam a obtenção de uma relação saudável entre os casais. O presente estudo busca identificar os diversos critérios utilizados pelos indivíduos na escolha da parceria conjugal. De forma mais específica procurou-se responder à seguinte questão: “Em que os sexos se baseiam para efetuar a escolha da parceria conjugal?” Atendendo esse objetivo realizou-se uma pesquisa de campo onde participaram 238 indivíduos casados com convivência conjugal entre um e dez anos. Comparando os resultados da pesquisa de campo com as formulações de diversos autores em ciências humanas, observou-se a existência de inadequações significativas entre a teoria e a realidade vivida pela coletividade.

Palavras-chave: escolha do parceiro, relação conjugal, critérios de escolha.

Abstract: The necessity of making choices is present in the life of any human being, the choice of a conjugal partnership being one of the most complex ones. The knowledge of the way how one deals with these choices makes it possible to open a space of reflection on the theme, establishing a useful instrument for educational programs that have in view the acquisition of a healthy relationship between couples. The present study tries to identify the various criteria used by individuals to choose a conjugal partnership. In a more specific way one tried to answer the

*Trabalho realizado com o apoio da Universidade Vale do Rio Doce – MG.

¹Doutor em Psicologia Clínica e psicopatologia. Especialista em Sexualidade Humana. Docente do curso de Psicologia da Universidade Vale do Rio Doce – MG. E-mail: cdias@univale.br

²Psicóloga clínica e educacional, atuando no Instituto Sagrada Família – BH. E-mail: julianapsico@institutosagradafamilia.com.br

following question: “What do the sexes base themselves on carrying out the choice of a conjugal partnership?” Answering this objective, a field research was accomplished in which 238 individuals participated who had conjugal experience between one and ten years. Comparing the results of the field research with the descriptions of various authors of human sciences one could observe the existence of significant differences between theory and lived reality by the collectivity.

Keywords: choice of the partner, conjugal relationship, criteria of choice.

Introdução

Uma das questões que atualmente tem ocupado o centro das preocupações dos indivíduos é a questão relativa ao sucesso na escolha do parceiro conjugal. Vários teóricos procuram dar sua contribuição com vistas a orientá-los nesta escolha. Por não se ter uma resposta definitiva sobre esta questão, viu-se a necessidade de um estudo que pudesse iniciar uma série de reflexões sobre o assunto. Para isto, buscou-se nas literaturas existentes indicações que serviram de esclarecimento e auxílio na enumeração dos critérios utilizados pelos indivíduos na realização da escolha do(a) parceiro(a) conjugal.

A importância do tema é verificada pela existência de uma ampla discussão bibliográfica, onde cada autor/pesquisador busca, através de estudos próprios ou de outros, estabelecer uma compreensão sobre os diversos aspectos da relação homem e mulher. Nesse trabalho será visto HELEN BEE (1997), que faz alusão ao desenvolvimento humano para estabelecer uma linha de pensamento baseado em aspectos físicos, sociais e psicológicos. Como contribuição estabelece uma relação entre as influências do desenvolvimento infantil e a relação familiar na questão.

ERIK ERIKSON (1968), apóia-se em teorias sobre a segurança e autonomia recebidas na infância e na adolescência, enquanto como citado por HELEN BEE, PERLMAN & FERHR, BERNAD MURSTEIN apontam uma série de filtros como método na escolha de um parceiro.

FREUD (1925), evidencia a importância das relações entre uma criança e seus pais durante o estágio infantil, na determinação da escolha do parceiro conjugal. NASIO (1985) reafirma a compreensão freudiana sobre a questão abordando a importância do inconsciente e do prazer como fatores determinantes na escolha. FLÁVIO GIKOVATE (1996), de forma crítica, opõe-se a posição psicanalítica e defende que a escolha do parceiro se dá pela admiração sendo variáveis em função da própria auto-estima. COWAN e KINDER (1991) fazem observações importantes, defendendo que os homens estão à procura de uma filha substituta ou de alguém para inflar seus egos, enquanto JOHN GRAY (1997) afirma que as mulheres modernas ainda buscam homens fortes que possam protegê-las.

Diante da amplitude do tema, é reconhecido que a escolha do(a) parceiro(a) é algo de suma importância da vida e no futuro das pessoas, o que justifica uma análise mais aprofundada sobre o assunto, recorrendo não só à análise bibliográfica, mas também à pesquisa de campo. A proposta deste estudo foi a de saber o que realmente os sujeitos consideram na hora de fazer a escolha em termos do parceiro conjugal, objetivando confirmar, ou refutar as várias proposições teóricas apresentadas.

Esse estudo justifica-se pela observância de que atualmente o ser humano vive sérias dificuldades ao fazer sua escolha para uma vida futura com seu parceiro conjugal, o que muitas vezes gera muito sofrimento por uma escolha errada. O aprofundamento do entendimento sobre o tema pode ser instrumento útil tanto para trabalhos de intervenção terapêutica, quanto para programas de prevenção destinados à formação de casais, que desejam obter uma relação saudável em sua vida conjugal.

Método

Na busca de encontrar respostas para a questão *“em que os sexos se baseiam para a escolha do parceiro conjugal”* realizou-se inicialmente um levantamento e estudo bibliográfico do tema em questão. Esse estudo forneceu um conhecimento sobre o problema levantado, possibilitando uma série de reflexões relativas aos critérios utilizados tanto pelos homens quanto pelas mulheres na escolha de seus parceiros. Além desse estudo bibliográfico, com vistas a ampliar o número de informações capazes de corroborar para com o objetivo dessa pesquisa, realizou-se uma pesquisa de campo utilizando-se de um questionário como instrumento de coleta de dados. A amostra constituiu-se de 238 sujeitos de ambos os sexos residentes na cidade de Governador Valadares, que aceitando participar da presente pesquisa, deveriam preencher os seguintes requisitos: possuir entre um a dez anos de casados e escolaridade equivalente ao nível médio ou ao nível superior completo ou incompleto por ocasião da escolha do(a) parceiro(a) conjugal.

Os entrevistadores entraram em contato direto com indivíduos da população de Governador Valadares, informando da existência e dos objetivos da pesquisa, verificando se os mesmos preenchiam os requisitos necessários e se aceitariam responder o questionário. Para aqueles que aceitaram participar da pesquisa, foi esclarecido que a participação se fazia por livre consentimento e que lhes era resguardado o direito de se recusarem a responder qualquer questão que pudesse constrangê-los e ainda que poderiam até mesmo destruir o questionário caso não pretendessem continuar a respondê-lo. Foi também assegurado o anonimato dos questionários e das respostas nele contidas.

O tempo médio estimado para responder ao questionário foi de 20 minutos.

Revisão bibliográfica

Evolução da Relação Homem/Mulher e a estruturação de modelos de família

Com o advento da civilização, a relação do homem mulher culminou em profundas mudanças, iniciadas ainda no período selvagem. Com o surgimento da consciência de sua própria existência, a mulher descobriu seus sentimentos, passando a buscar proteção e amor. Em contrapartida, tornou-se dedicada, retribuindo a proteção do homem com passividade e servidão. Essa mulher não esperava que o homem fosse sensível ou carinhoso e nem mesmo voltado para o diálogo. Ao homem cabia apenas o papel de ser um bom caçador. Retornando ao lar, não deseja nada em termos de relacionamento além da necessidade sexual aparentemente subsidiada apenas pela natureza biológica.

Se nessas relações o macho obtinha o prazer sexual, o mesmo não se pode garantir em relação à mulher. A inexistência de uma comunicação mais estruturada e o fato de que os homens agiam na época grandemente impulsionados pelos instintos, leva a crer que o prazer sexual da mulher não era uma preocupação.

Homens e mulheres existiam em esferas diferentes apenas para o cumprimento das tarefas e papéis específicos, quando foi promovida a divisão de papéis na qual o homem assumiu condição de provedor e protetor, enquanto as mulheres se especializaram em cuidar da casa e das crianças.

Por exemplo, GRAY (1997) ressalta que:

Apesar do homem ficar fora por dias sob o gelo ou um sol escaldante antes de matar uma presa, eles se sentiam orgulhosos desses sacrifícios, porque eles honravam a mulher, a doadora de vidas. Visto que a parceria entre um homem e uma mulher fornecia uma base de sobrevivência e segurança, aquela interdependência gerava respeito e admiração mútuos (p. 23).

Nas etapas iniciais do desenvolvimento das sociedades, o relacionamento conjugal era bem caracterizado nas relações sociais. O relacionamento conjugal se definia apenas pela linha de procriação. Os relacionamentos eram grupais e só mais tarde evoluíram para acasalamento, ainda assim por determinados períodos de tempo. A monogamia veio muito mais tarde, coincidindo, mais ou menos, com o advento da propriedade privada (GRAY).

Com o surgimento das sociedades organizadas, a instalação da propriedade privada mudou o eixo do relacionamento pró-criação para relacionamento patriarcal, ponto de partida para a família monogâmica. Esta família monogâmica não se fundamentou numa verdadeira união de amor entre homem e mulher. Ao contrário, o relacionamento estava à serviço da propriedade privada. De um lado o marido vaidoso, machista,

polígamo clandestino; do outro a mulher submissa, condicionada às normas e regras da sociedade.

O relacionamento conjugal, que primitivamente surgiu de agrupamentos biológicos determinados (a partir de um casal e sua prole), atingiu nas sociedades organizadas características puramente sociais, onde foram re-estabelecidos “status” e papéis (ENCARTA, 2002).

Na sociedade organizada surgiu a família, termo que provém do latim *famulus*, “criado” ou “servidor”. Inicialmente, a palavra designava o conjunto de empregados de um senhor e só mais tarde passou a empregar-se para denominar o grupo de pessoas que, unidas por laços de sangue, viviam na mesma casa e estavam submetidas à autoridade de um chefe comum.

Aristóteles dizia ser a família uma comunidade de todos os dias, com a incumbência de atender às necessidades primárias e permanentes do lar, e Cícero cunhou a expressão, consagrada pelo tempo, segundo a qual a família é princípio da cidade e origem ou semente do estado.

Na maior parte das culturas, as pessoas vivem em unidades domésticas familiares integradas por um ou vários casais e pelos filhos destes. A frequência com que se encontram relacionamentos desse tipo permite afirmar que a origem da família é tão remota quanto a própria humanidade. Deve-se também assinalar que, na maioria dos povos que alcançaram certo grau de civilização, a família é monogâmica e o princípio de autoridade é geralmente prerrogativa do pai, com a colaboração da mãe. Embora a reflexão sobre o processo evolutivo da família possa parecer distanciar-se do tema central, se faz necessário reconhecer que durante séculos a instituição do casamento e da família, doutrinada pela cultura social determinou, e até mesmo hoje determina, os parâmetros de escolha numa relação conjugal.

É necessário compreender que no decorrer dos séculos e segundo as diferentes culturas e civilizações, a predominância da família patriarcal dirigida pelo varão mais idoso do grupo, desenhou um cenário onde o poder de escolhas e de decisões era unilateral. A família da Roma clássica era desse tipo e distinguiam-se nela dois grupos domésticos: o mais amplo, a *gens*, composta por diversos ramos independentes, e a família propriamente dita. Nesta, o comando era prerrogativa do pai, embora limitado em certa medida conforme fosse exercido sobre a esposa, filhos (pátrio poder), escravos ou servos (GRAY).

A família é a instituição que se incumbe de transformar um organismo biológico num ser social e o veículo primeiro da transmissão dos padrões culturais, valores e objetivos propostos pela organização da sociedade.

A antiga idéia de que a família monogâmica constitui a forma básica e primitiva da estrutura familiar encontrou, desde meados do século XIX, a oposição de algumas correntes sociológicas. Johann Jakob Bachofen e Émile Durkheim, por exemplo, sustentavam, com diferentes argumentos, que a estrutura monogâmica e patriarcal da unidade familiar não é a original, mas teria aparecido como resultado

de uma evolução histórica a partir do matriarcado ou da promiscuidade (ENCARTA). A teoria da promiscuidade original, curiosamente contradiz os princípios evolucionistas, já que a família, inclusive a monogâmica, aparece também em muitas espécies animais.

Para ENGELS (1965), inspirado nas teorias de BACHOFEN e MORGAN, a família matriarcal teria precedido o aparecimento da propriedade privada. A preservação desta exigiu posteriormente a transmissão patrilinear da herança e a constituição do estado como organização política imposta à sociedade para garantir o direito de propriedade e a estrutura de classes.

Ao longo da Idade Média, o vínculo da autoridade política foi paulatinamente substituído pelo da relação consanguínea. Nessa evolução o cristianismo teve papel determinante ao identificar família com casamento e estabelecer a indissolubilidade deste. Além disso, o cristianismo considerou também que a autoridade dos pais se exercia em nome de Deus e em benefício dos filhos. O grupo familiar foi reduzindo aos parentes mais próximos como resultado da dissolução da extensa família rural ocasionada pela migração para as cidades.

Nesse período, o mais longo na evolução da relação conjugal, predominou o direito à propriedade, onde o relacionamento homem/mulher consolidou o *status* de propriedade. O poder pátrio – de estado e de direito – permitiu que o relacionamento conjugal fosse estabelecido com bases em negócios. Ao pai cabia pleno direito de fazer a escolha conjugal das filhas, oferecendo dotes, numa união com exclusivo interesse patrimonial.

A antropologia cultural mostra que essa realidade não era predominante em todos os níveis da sociedade, porém sua essência foi condicionada a todas. Na classe nobre, o interesse pecuniário (união de patrimônio) sobrepunha-se a qualquer sentimento. Nas classes pobres, embora o poder de decisão do homem (pai) não fosse tão incisivo, recaía sempre no parceiro com oferta de segurança para a filha. As duas características predominam até os dias atuais, quando a união entre homem e mulher sofre a influência da família, sempre voltada para a segurança financeira e emocional. É nítido, na predileção da família (medieval e contemporânea) o mesmo instinto de submissão, proteção e sobrevivência verificados na era primitiva. Essa realidade começou a sofrer mudanças a partir do Iluminismo, no século XVIII, com a adoção dos princípios do divórcio e da independência dos filhos. Desde então, e sobretudo, desde o começo da revolução industrial, quando o poder de decisão (inclusive na opção conjugal dos filhos) tornou-se menos unilateral. Na família igualitária das sociedades industriais modernas já não ocorre o predomínio do pai, embora, em grande parte, este continue ocupando a posição de cabeça da família.

Percebe-se que a família sofreu forte influência econômica. A posição do pai como principal ou único esteio econômico do núcleo familiar, enquanto a mãe se ocupa da administração da casa e dos cuidados com a prole, tornou-se cada vez menos

generalizada. Também sofreu modificação a situação dos filhos no grupo familiar, pois a idéia da criança como homem pequeno, sem maior valor que o adulto, transformou-se progressivamente numa atitude paterna de atenção, compreensão e respeito.

Essa nova realidade, a fragilidade da manifestação paternal interferindo nos sentimentos e desejos e escolhas, deu aos filhos (homem e mulheres) capacidade para externar sua busca com base em valores próprios e não naqueles determinados pela família, regida pela cultura social.

Apesar da profunda transformação dos esquemas familiares, a estrutura essencial da família continua a vigorar, uma vez que constitui, em suas várias formas, fundamento da sociedade humana. Dentro dela se criam os laços afetivos necessários à transmissão, de uma geração para outra, da cultura e dos valores ideológicos e morais.

Durante o século XX, as políticas públicas e a moral religiosa se empenharam para conservar a família como núcleo de sustentação da sociedade e do Estado. O Direito cível consolidou a Vara da Família e estabeleceu regras rigorosas de funcionamento da família, ainda que ela tenha sofrido rupturas, como separação judicial ou divórcio.

A influência da moral e da religiosidade na escolha do(a) parceiro(a) conjugal

Como se percebe ao longo da análise da evolução da sociedade conjugal estabelecida entre o homem e a mulher, a influência externa tem resultado decisivo. E não há como deixar de registrar a questão moral-religiosa, que no ocidente é regida por princípios cristãos. A cultura monogâmica na forma de organizar família, é sustentada pelo Gênesis: “(...) por isso deixará o homem a seu pai e a sua mãe, e se unirá a sua mulher; e serão dois numa mesma carne” (Gênesis 2, 24).

Baseada na relação afetiva e sexual estável entre duas pessoas, a instituição do casamento, de grande importância psicológica e social, é uma das mais antigas da humanidade. Essa instituição sofreu mudanças ou adaptações ao longo da história, graças à ampla influência do princípio moral-religioso.

Com a expansão do cristianismo, a partir do século V com a queda do Império Romano do Ocidente, a Igreja passou a estender seu poder sobre os Estados e em contrapartida sobre todas as leis que regiam a sociedade civil. As leis que regiam o casamento foram as mais investidas pela Igreja. VAINFAS (1985) registra que na Gália, em torno do século VI, a benção do casal à porta do quarto era feita por um padre. Mais tarde, essa prática difundiu-se e se aperfeiçoou com a presença do clérigo diante do leito, a fim de incensá-lo e aspergi-lo com água benta. Era uma intervenção modesta – num momento em que ainda se oscilava entre a moral dos padres e a dos cavaleiros – perto do que viria a acontecer nos tempos seguintes.

Séculos mais tarde, a Igreja instituiu o casamento como o único espaço legítimo para uso da sexualidade, com o objetivo exclusivo da procriação.

O Casamento é a união voluntária entre duas pessoas, na maior parte das vezes sob um mesmo teto, com o fim de partilhar a vida em todos os seus aspectos. Do ponto de vista jurídico, é o contrato livremente firmado por um homem e uma mulher, pelo qual se assegura a opção por uma vida em comum e pela repartição recíproca de determinados bens. Nesse sentido, o casamento é a legitimação perante a ordem social e as autoridades civis ou religiosas da aliança natural entre dois seres humanos. Quando nessa experiência se concebem ou se adotam filhos, constituindo uma nova família, a instituição lhes garante o reconhecimento como descendentes legítimos do casal.

Basicamente, o estudo e interpretação do casamento é matéria da antropologia cultural. Observa-se que mesmo no mundo contemporâneo são múltiplos seus significados e modalidades. Embora dependa, dos padrões culturais a que esteja vinculado e, por isso, tenha assumido formas muito diferentes ao longo da história, o casamento apresenta em todas as suas circunstâncias certos traços que lhe são característicos. Com o decorrer do tempo, os sujeitos alcançaram uma crescente liberdade para a escolha dos futuros cônjuges, opondo-se a todo tipo de pressões e interesses familiares, aos preconceitos étnicos ou sociais e às injunções da moral religiosa.

Segundo FLANDRIN (1987), para a maioria dos historiadores a vida sexual tanto dos casados quanto dos solteiros, foi regida pelos preceitos da moral cristã, pelo menos até o século XVIII ou mesmo até a Revolução Francesa. Restringindo a sexualidade ao casamento e à procriação, a moral cristã proibia qualquer método contraceptivo e considerava pecado toda atividade sexual fora do matrimônio.

O fato é que em todas as suas formas e manifestações há também diversos componentes de caráter indispensável e que se identificam na maioria dos casamentos: o modo como se forma ou se constitui, fundado – na evolução da sociedade – cada vez mais na atração afetiva e sexual, a adaptação ao tabu do incesto e às regras exogâmicas em geral, o caráter monogâmico ou poligâmico, a relação com o patrimônio e a propriedade dos bens familiares, a tendência à interdição do adultério, a legitimação dos filhos e a dissolução do vínculo matrimonial nos casos de violação dos compromissos assumidos.

Estabelecimento do vínculo conjugal

Atualmente, em quase todas as sociedades a união pelo matrimônio manifesta-se como objetivos que são próprios de quase todo relacionamento amoroso. O acordo de convivência adquire a forma de um projeto comum sancionado pela comunidade.

Segundo esse acordo as duas pessoas se comprometem a respeitar determinados direitos e a cumprir determinados deveres. Em algumas sociedades, o contrato compromete não apenas o casal mas também, ora mais, ora menos, compromete a família em sentido amplo.

Nas sociedades em que as pessoas, e especialmente a mulher, podem escolher livremente seu parceiro, o casamento é precedido por diversas atividades de corte. Essa liberdade individual, no entanto, nem sempre foi reconhecida como também não o é em toda parte. Como referido anteriormente, a instituição do casamento e posteriormente a constituição da família, seguiam padrões de escolha com base patrimonial.

A igreja teve e ainda tem grande influência na instituição do casamento determinando padrões de comportamento. Entretanto, a influência da igreja na atualidade é sentida de forma mais incisiva após a celebração da união. Nos últimos anos tem-se observado uma crescente participação da Religião na vida dos casais através dos movimentos católicos e evangélicos quando à relação sexual tanto antes quanto depois do casamento.

A filosofia moral religiosa jamais apoiou a prática sexual antes do matrimônio. Até meados da segunda metade do século XX, as intervenções das religiões nesses assuntos, ocorria-se basicamente por ocasião dos sermões e das orientações dadas aos fiéis. Hoje, campanhas publicitárias apelam para o casamento virgem, tentando fazer valer os valores cristãos no tocante à função e o espaço de realização da prática sexual.

Os novos paradigmas da opção conjugal

O século XXI acena com uma nova realidade na relação homem e mulher. Ao contrário do verificado em séculos anteriores nos quais a mulher era submissa à proteção do homem, atualmente, a cada dia mais, quando os homens estão fora no trabalho, as mulheres também estão. As mulheres passaram a garantir a própria sobrevivência e com isso conquistaram o poder de escolha que durante séculos foram privadas pela necessidade de sobrevivência ou pela força da cultura. Dentro dessa nova realidade, a família, formadora de conceitos, cultura e da própria personalidade, sofreu alterações profundas com relação à sua antiga configuração. Nos séculos passados, por tradição, as mulheres se sentiam orgulhosas de sua condição biológica, já que a maternidade era altamente glorificada, respeitada e até mesmo considerada sagrada. Em algumas culturas a mulher parecia bem mais próxima de Deus do que o homem, já que só a ela foi dado o poder de criar vidas. As mulheres eram honradas enquanto mães, e os homens se transformavam com prazer em guerreiros, desejando arriscar suas vidas a fim de sustentar e proteger a mãe de seus filhos.

Na geração contemporânea, o papel da mulher sofreu, mais do que o homem, alterações significativas a partir da liberdade feminina. Iniciou-se o sepultamento de forma conceitual da idéia do sexo frágil. Tem ocorrido uma extinção de muitas representações referentes à relação conjugal expressas sob forma de mitos, padrões, valores ou preconceitos, que determinavam o modo de relação entre masculino e feminino. Contudo, predominam ainda a idéia da fragilidade feminina herdada das épocas primitivas e do início das civilizações.

Embora encontremos novos paradigmas no tocante às relações entre os sexos, os antigos paradigmas também fazem parte do atual contexto social. É como se vivêssemos em um período onde vários séculos se vêem confundidos. Poderíamos ilustrar esta situação com a idéia de ZOMIGNANI (2003, p. 17) quando diz que “...É como se existissem vários óculos multicoloridos de diferentes graus colocados uns sobre os outros, distorcendo, aumentando, diminuindo e alterando a cor de tudo”.

O modelo de família defendido pelo cristianismo encontrou na liberdade de expressão e na quebra de tabus, terreno fértil para o estabelecimento de conflitos. Observa-se que na atualidade homem e mulher debatem-se entre os papéis sociais culturalmente construídos para os sexos masculino e feminino, e um novo projeto de relação à dois com vistas a fazer valer a vontade feminina assim que reduzir a carga de responsabilidade que o homem transporta por ser identificado como o provedor da família. Observa-se assim que as representações relativas à vida conjugal encontra-se em fase de remodelação.

A concepção moderna de relação, segundo FOUCAULT (1988), designa uma série de fenômenos que englobam tanto os mecanismos biológicos da reprodução, como as variantes individuais e sociais do comportamento, a instauração de regras e normas apoiadas em instituições religiosas, judiciárias, pedagógicas e médicas. Engloba também as mudanças no modo pelo qual os indivíduos são levados a dar sentido e valor à sua conduta, seus deveres, prazeres, sentimentos, sensações e sonhos.

A escolha pelo matrimônio como antídoto à solidão

A solidão é um fenômeno universal no tempo e no espaço, atingindo todos os povos de todos os tempos. Nos tempos atuais, mesmo com todo o avanço da tecnologia da comunidade, da liberdade de expressão, e tantos outros recursos e benefícios que nossos antepassados não tiveram, estar solitário é algo extremamente passível a qualquer pessoa.

Diz RUDIO (1990) que no sentido amplo, solidão equivale a isolamento, e indica uma situação em que o indivíduo (ou o grupo) se encontra separado de outras pessoas. Significa, portanto, simplesmente isso: que o processo de relacionamento se encontra prejudicado por causa do rompimento ou diminuição do contato humano com os outros. Segundo o autor, o aspecto mais importante do isolamento

está no seu correspondente psicológico, isto é, na repercussão que produz dentro da pessoa que, percebendo-se isolada, é acometida pelo sentimento de estar sozinho. Com relação ao próprio isolamento, convém fazer ainda outra distinção, dizendo que pode ser estrutural e funcional. O isolamento estrutural é comum a todos os seres humanos. A pessoa o sente porque é um indivíduo diferente dos outros, possuindo a sua originalidade, suas características peculiares e uma existência específica e singular. Baseia-se, portanto, na própria natureza de cada um. O isolamento estrutural se manifesta sobretudo quando precisamos fazer escolhas e tomar decisões, sobretudo as que são mais relevantes para a nossa vida.

Outra forma de solidão apontada pelo autor é o isolamento funcional, quando são as circunstâncias que determinam o seu surgimento, podendo ser as mais variadas possíveis. O isolamento funcional pode se dar por motivo espacial ou geográfico (um responsável por um farol marítimo, que vive sozinho numa ilha distante); por motivo de usos e costumes (uma pessoa idosa que vive num ambiente só de jovens); por motivo cultural (um estrangeiro que acaba de chegar a uma terra alheia).

Também no isolamento funcional o indivíduo pode, por si mesmo, procurar o isolamento, a fim de refletir, estudar, meditar, orar, realizar certas tarefas, fazer planos de vida, revê-los. Pode buscá-lo para devanear, para “curtir” alegrias ou tristezas, sucessos ou fracassos, melancolia, remorso, vingança, amor, ou para expressar mágoa, ressentimento, para fugir de ambiente que considera aversivo ou hostil, e outros. Segundo RUDIO cortes absolutos de contato podem acontecer por motivos patológicos ou, eventualmente, em situações extraordinárias que se opõem à vontade do homem, como, por exemplo, a de uma pessoa perdida na floresta amazônica. Esclarecedoramente o autor afirma que é necessário levar em consideração que a necessidade de relacionamento nos seres humanos, mesmo em casos normais, varia de uma pessoa para outra.

O que caracteriza a solidão é a consciência que o indivíduo tem de estar sozinho, mas acompanhada de um sentimento penoso de desamparo e de uma carência premente de alguém que lhe possa dar apoio. Portanto, a percepção de estar sozinho, o sentimento de desamparo e a necessidade de alguém formam os três elementos constitutivos da solidão, interpenetrando-se e misturando-se.

E são estes três elementos que levam muitas pessoas a buscarem compulsivamente um parceiro(a), às vezes abrindo mão de seus desejos menores ou ignorando as convenções tradicionais (sociais, religiosas/filosóficas, familiares). Para algumas pessoas sentir-se sozinho é algo extremamente doloso, que tende a provocar sentimentos negativos. Nessas circunstâncias o sujeito lança-se em lembranças de diversos aspectos ou situações passadas que foram inconvenientes e/ou dolorosas. Isso o leva a tornar-se crítico severo e cruel na avaliação do que já sentiu e fez.

RUDIO sustenta que a solidão dá medo, ansiedade, pelas críticas despropositadas que o sujeito faz sobre ele atingindo, deste modo, sua auto-estima, deteriorando sua *“autoconfiança, valia, força, capacidade e suficiência”*. Em efeito, o sujeito

alimenta aqueles “*sentimentos de inferioridade, debilidade ou impotência*” que corroem e arruinam sua personalidade. Em última análise, RUDIO considera que o medo que temos da solidão é o de sermos destruídos psicologicamente por nós mesmos (p. 12).

Contextualização da relação conjugal a partir da Psicologia

Vários teóricos da psicologia oferecem contribuições que servem de ponto de partida para se entender o modo como as pessoas escolhem seus parceiros conjugais. Por não se ter uma resposta definitiva sobre esta questão, buscamos na literatura indicações que servirão de esclarecimento sobre o assunto.

HELEN BEE (1997) ao descrever sobre o desenvolvimento do ser humano no qual se encontram intimamente intrincados os aspectos físicos, sociais e psicológicos, oferece contribuições sobre as influências do desenvolvimento infantil e sua relação familiar que auxiliam a busca de compreensão de como os sujeitos fazem a escolha do parceiro conjugal.

A autora, em seu livro “O ciclo vital”, faz um estudo sobre o desenvolvimento social e da personalidade no início da vida adulta do sujeito. Nesta etapa o sujeito recebe o nome de adulto jovem, estando ainda apegado aos pais. Ter tido um apego seguro com os pais durante a infância é a condição essencial para que no momento da escolha, o adulto jovem consiga redirecionar para o parceiro o afeto que antes pertencia aos pais e aos companheiros. Este processo é parte da busca pela individualidade que permite ao sujeito encontrar-se em outras situações existenciais como no trabalho, no casamento e outros.

Outro autor que apresenta contribuições bastante significativas que podem auxiliar no estudo em questão é ERIK ERIKSON (1968). Dos vários estágios do desenvolvimento humano identificados pelo autor, vale ressaltar aquele relativo à questão da *intimidade versus isolamento*. Ao discorrer sobre esse estágio do desenvolvimento humano, ERIKSON afirma que, “*só quando a formação da identidade está em pleno desenvolvimento é que a verdadeira intimidade – que é realmente um contraponto assim como uma fusão de identidade – é possível*” (p. 136). Neste estágio, o adulto jovem entra em contato com diversas situações sociais como trabalho, relacionamento social e sexual, e ainda com as questões relativas ao sentimento de amor. Assim o indivíduo sai do seu mundo interno e entra em contato íntimo com questões que se situam além da individualidade.

A partir das relações que mantém com seu meio, o indivíduo vai se formando enquanto autônomo e maduro, tendo como objetivo torna-se independente. Esse processo só é possível se houver o reconhecimento da própria identidade. De fato ele se lança na busca de respostas às seguintes questões: *quem sou eu? quais são as minhas possibilidades e limitações? o que realmente sinto?*

A busca do auto conhecimento possibilita ao ser humano entrar em intimidade com os outros e ao mesmo tempo, pode-se pensar que este mesmo sujeito ao se isolar busque entrar em contato consigo mesmo para um melhor reconhecimento de si como um sujeito independente do outro. Evidentemente o desequilíbrio dos extremos podem causar dificuldades na formação da identidade do sujeito. Por esse motivo, *intimidade versus isolamento* precisam estar em harmonia neste processo de desenvolvimento humano para que o sujeito estabeleça relações saudáveis.

No início da vida adulta, o indivíduo inicia um processo de assimilação de papéis sociais que norteiam sua vida profissional, conjugal e parental. Dentre os diversos papéis, o conjugal é o que diz respeito ao objeto desse estudo. Os sujeitos, para desenvolverem um papel eficaz em termos de relação conjugal precisam antes percorrer um longo caminho.

Deixar o lar de origem é fundamental para que o jovem adulto se reconheça neste papel conjugal. O sair de casa em busca de sua autonomia, escolher uma parceira com quem estabelecerá um vínculo através do matrimônio, requer que o sujeito tenha desenvolvido de forma adequada a segurança básica.

O estabelecimento da segurança básica depende do modo como ao longo do desenvolvimento se criaram os diversos vínculos familiares. A forma de apego aos pais, as possibilidades surgidas para que o sujeito se sentisse seguro de si mesmo, o desenvolvimento de potencialidades e o reconhecimento das limitações, faz com que o sujeito se torne ator de sua própria história, escolhendo o parceiro não para se misturar mas para se relacionar com ele. É por esse motivo que ERIKSON afirma que “*o jovem que não está seguro da sua identidade furta-se à intimidade ou lança-se em atos de intimidade que são ‘promíscuos’, sem uma verdadeira fusão real na entrega de si próprio*” (p. 136).

Em relação a este estágio descrito por ERICKSON, HELEN BEE (1997, p. 415) salienta que “*cada um de nós que deseja executar essa tarefa precisa encontrar um parceiro, um único indivíduo com quem podemos encontrar ou criar um apego de intimidade e segurança*”.

A psicanálise e o complexo de Édipo

FREUD (1905), evidencia a importância das relações entre uma criança e seus pais na determinação da escolha do parceiro conjugal. Segundo ele, os indivíduos buscam retratos e lembranças das experiências vividas com as que receberam e foram marcados por traços fortes na sua infância.

Segundo FREUD, seria doloroso demais para o sujeito satisfazer toda a energia pulsional de maneira integral e direta, já que os desejos inconscientes podem ou não favorecer a vida e o prazer de si mesmo e dos outros, como por exemplo o mito do Rei Édipo. Segundo o mito, tendo matado seu pai, Édipo toma por mulher, sua

mãe. Este mito é utilizado para explicar o que acontece no desenvolvimento sexual da criança, que, por volta dos 5 anos, direciona toda a sua libido, amor, energia para o sexo oposto, o pai ou a mãe, sofrendo um enorme ciúme, desejando inconscientemente até mesmo a morte do genitor do mesmo sexo.

Como citado anteriormente, nenhum sujeito seria capaz de viver esta experiência conscientemente, ou seja, desejar a morte de um dos seus genitores para realizar o prazer absoluto e impossível, gozar do objeto amado como se deseja.

O complexo de Édipo pode influenciar na escolha do parceiro conjugal, por sofrer influência do mecanismo inconsciente da criança, explicado pela utilização deste mito. NASIO (1995) diz que neste momento a criança vivencia a castração que é *“uma experiência psíquica completa, inconsciente vivida pela criança por volta dos cinco anos de idade e decisiva para a ascensão de sua futura identidade sexual”* (p. 13). Alguns psicanalistas consideram que o amadurecimento do indivíduo se dá através dos vínculos afetivos. O primeiro vínculo estabelecido é com a mãe a partir do nascimento. Esse é um vínculo simbiótico que deve passar por uma evolução na qual o sujeito adquire o sentimento de individualidade. Contudo, muitas escolhas se fazem de forma inconsciente, governadas por fantasias e desejos infantis. Por esse motivo é natural que no processo de escolha, seja revivido com intensidade a sensação de dependência e apego. O grande desafio está em fazer com que esse apego se faça de forma equilibrada o que revela ser o sujeito uma pessoa amadurecida. É preciso destacar que algumas escolhas são feitas baseadas numa imagem ideal, o que vem trazendo muitos desencontros e fracassos conjugais.

Flávio GIKOVATE (1996), médico e psicoterapeuta, faz a seguinte reflexão sobre a escolha do parceiro. Ele afirma que:

“...ao se falar, por exemplo, que um homem escolhe a mulher conforme a imagem e semelhança da mãe quando teve uma boa relação com esta, não se está se esclarecendo nada; quer dizer, ou o homem escolhe uma mulher parecida com a mãe ou o oposto dela – o homem escolhe todas elas porque todas as mulheres do mundo são parecidas ou o opostas à mãe” (p. 132).

Pode-se observar que GIKOVATE (1996) opõe-se de forma crítica a concepção psicanalítica. Efetivamente o que tende a ser uma teoria explicativa do fenômeno em sua totalidade, aplica-se efetivamente no máximo à duas situações de escolha. Com base nessa linha de reflexão, faz-se necessário a colocação da seguinte questão: quantas seriam as variáveis que entrevêm na escolha do parceiro conjugal?

Se forem apenas duas, a posição freudiana é suficiente para explicar este fenômeno em sua totalidade. Se houverem outras variáveis torna-se necessário buscar outras possibilidades através de novas pesquisas sobre o tema em questão.

GIKOVATE (1996) acredita que a escolha do parceiro se dá também pela admiração, sendo essa uma variável diretamente relacionada à auto estima do sujeito. Quando

o indivíduo se aceita e busca suas próprias realizações pessoais, reconhece que este fato proporciona-lhe bem-estar e saúde psíquica. Sendo assim, a admiração por si mesmo é o elemento importante na relação com o outro, gostar de si mesmo quer dizer: encontrar no outro característica de admiração.

Nesta busca do outro, o sujeito se encontra em relação, não de competição, nem de dominação, mas sim de respeito mútuo pelas características próprias, buscando valorizar-se no outro que escolheu tendo um relacionamento saudável.

COWAN e KINDER (1991) fazem uma observação importante em seu livro “Mulheres inteligentes, escolhas insensatas”, sobre um dos critérios utilizados atualmente pelos homens na escolha da parceira. Segundo estes:

“A maioria dos homens não está à procura de uma filha substituta ou de alguém para inflar seus egos. Hoje, mais do que nunca, procuram por companheiras. É importante reconhecer que os homens possuem suas fortes necessidades de dependência. Quando uma mulher parece desamparada, o homem muitas vezes a considera como alguém que pode não ter capacidade de satisfazer suas necessidades de ser amparado” (p. 42).

Resultados e discussão

Dentre os duzentos e trinta e oito (238) sujeitos que participaram dessa pesquisa 158 (66,4%) eram do sexo feminino e 80 (33,6%) do sexo masculino.

No grupo das mulheres participantes, foi observada uma enorme necessidade de entender melhor as escolhas que fizeram no passado. Houve quem desejasse obter respostas, imediatamente após a aplicação do questionário. Os homens se demonstraram mais restritos. Ao responderem ao questionário o faziam sem entrar em reflexões e discussões mais aprofundadas.

No tocante às idades, a amostra foi subdividida em cinco grupos. Sujeitos com até 25 anos (18,1 %), de 25 a 30 (35 %), 30 a 35 (22,4 %), 35 a 40 (16,9%) e acima de 40 anos (7,6 %).

Quanto à idade por ocasião da escolha do parceiro conjugal foi observado que a maioria (73,1%) o fizeram antes de completar 25 anos. Observou-se que grande número de sujeitos continuam escolhendo seus parceiros para uma relação conjugal, ainda muito cedo e antes mesmo de completarem os estudos superiores.

Os sujeitos participantes da amostra, elegeram os seguintes critérios para a escolha da parceria conjugal: modo de ser (19%), valores morais e éticos (17,5%), ser trabalhador (a) (13%), aparência (10,7%), objetivos comuns (9,4%), escolaridade/profissão (8,1%), mesma religião (7,9%), idade (6,7%), influência familiar (4%), performance sexual (3,7%).

Os três critérios aqui colocados em primeiro lugar, são também apontados pelo grupo de mulheres como os mais importantes no momento da escolha do parceiro conjugal. A diferença entre estes critérios é pequena, contudo o terceiro merece atenção especial.

Alguns autores consideram que a mulher escolhe seu parceiro com a idéia cultural e histórica de que o homem é fonte de segurança e sustento. A esse respeito ALLAN e BARBARA PEASE salientam que *“O cérebro feminino é programado para encontrar um homem que se comprometa a dar assistência até que os filhos estejam criados. Isso se reflete nas qualidades que a mulher busca em um companheiro para uma relacionamento estável”* (p.167).

As mulheres consideram que dos critérios utilizados para a escolha do parceiro, os três primeiros que devem ser mantidos são o modo de ser, os valores morais/éticos e o ser trabalhador. Observa-se que os três primeiros critérios mantidos são os mesmo usados para a escolha.

Contudo, faz-se necessário destacar a inversão dos critérios aparência que no momento da escolha ocupa o quarto lugar e passa para o sétimo quando se pensa naqueles que continuam sendo os mais importantes. Essa constatação conduz à reflexão de que no ato da escolha a aparência tenha uma importância significativa, mas com a convivência diária é notado a necessidade de se ter objetivos comuns na relação conjugal.

Constata-se então que a mulher também se deixa mover em alguns momentos pelo visual. Para ela, quanto mais forte e saudável o homem, mais ele será capaz de oferecer a suposta segurança e sustento. Na modernidade a mulher também busca obter prazer no sexo e então a aparência se torna um critério interessante para atingir este seu desejo.

Já entre os homens os três critérios mais utilizados para a escolha da parceira conjugal foram: o modo de ser, os valores morais/éticos e a aparência.

No presente trabalho faz-se necessário ressaltar o terceiro critério, ou seja, a aparência. Foi observado que o homem ainda escolhe muito pelo visual, o corpo e a beleza. Acredita-se que é presente a idéia já citada neste trabalho que a mulher tem como função principal a procriação. Sendo assim o homem vê na aparência, além do reconhecimento social, a manutenção da mesma nos filhos. Convém salientar ainda que a estimulação sexual masculina se dá muito pela percepção visual. Nesse caso um corpo escultural é associado à idéia de ser eficiente no ato sexual, sendo portanto mais capaz de gerar prazer.

ALLAN e BARBARA PEASE (2000) afirmam que o cérebro masculino é diferente do cérebro feminino. A partir desta afirmativa eles relatam que o homem sente-se estimulado pelo que vê, ao passo que a mulher é estimulada sobretudo pelo que ouve. Segundo os autores, o homem é atraído visualmente por curvas e formas, toda mulher de formas e proporções normais chamam a atenção masculina.

Sobre este critério aparência, estes autores trazem uma contribuição muito interessante quando citam em seu livro que a atração para o homem é um sinal de alerta, pois ele é macho, e seu tradicional papel é aproveitar toda e qualquer oportunidade para aumentar a tribo (p.184).

Observou-se que com o tempo, os homens casados passam a perceber que a aparência é menos significativa do que os objetivos comuns, já que a relação conjugal se estabelece com a convivência diária e assim ter objetivos comuns torna-se mais interessante, produtivo e eficaz para o sucesso do casamento.

Mesmo com a evolução cultural, social e tecnológica, alguns homens e mulheres ainda utilizam critérios bem arcaicos tendo como ponto de referência a história da espécie humana. Antes, o homem saía para caçar. Por isso teria que ter força, coragem e transmitir segurança de que breve traria o sustento para toda sua família. E esta idéia se “inculturou” e até hoje influencia as escolhas dos sujeitos.

JOHN GRAY (1996) escreve que antes a única maneira do homem demonstrar amor à sua esposa era caçando, nos dias atuais a mulher continua precisando de apoio e segurança só que agora essa necessidade se dá no campo afetivo e emocional (p.11). A “programação mental feminina” ainda é de que homens caçadores provavelmente proporcionarão a segurança exigida pelas mulheres, na atualidade. JOHN GRAY escreve que homens e mulheres são mesmo diferentes e é por isso que se sentem atraídos um pelo outro. Mas cada um deles se sente capaz de possuir características mútuas e assim são capazes de se relacionarem. Em outras palavras GRAY afirma que *“Sem algumas diferenças não pode haver relacionamento; sem algumas semelhanças não pode haver união”* (p.73).

Observou-se que 76,3% dos homens estão satisfeitos com suas parceiras e 71,5% das mulheres encontram-se também satisfeitas com seus parceiros. Em contrapartida apenas 8,8% dos homens e 11,9 % das mulheres não estão satisfeitos. É importante ressaltar que 15% dos homens e 16% das mulheres responderam que estão mais ou menos satisfeitos com seus parceiros.

Conclusão

Embora a os valores morais e religiosos tenham sido o cimento capaz de manter intactas diversas sociedades ao longo da história, há que se considerar que tais elementos unificadores parecem ter perdido, na atualidade, grande parte de sua força. Conseqüentemente, os vínculos mantidos entre os sexos, sobretudo no matrimônio, talvez não sejam tão fortes como outrora.

Homens e mulheres, como já foi relatado, não são mais os mesmos no tocante ao modo de entenderem sua relação com o mundo e consigo mesmos. A maneira de cada um ser e atuar no meio social, e conseqüentemente na relação conjugal, sofreu várias modificações durante a história da humanidade.

Os objetivos das relações não são mais os mesmos daqueles observados nos séculos anteriores e por tal razão o momento da escolha do parceiro precisa ser considerado decisivo e importante por ser capaz de influenciar seriamente na qualidade da futura relação conjugal.

Além da história cultural, a história pessoal exerce grande influência no momento em que os sujeitos fazem suas escolhas. Contudo, antigas representações que aparentemente caíram no esquecimento continuam fazendo parte da consciência dos sujeitos e por isso o processo de escolha do parceiro recebe tanto influência do presente quanto de um passado cujas necessidades eram diferentes daquelas que fazem parte da atualidade.

Grande parte das escolhas realizadas se fazem a partir do momento atual e pessoal daquele que escolhe, sem uma reflexão mais profunda em que seja questionado o contexto pessoal, familiar e cultural do futuro parceiro.

Essa pesquisa aponta para a necessidade de uma reflexão no momento da escolha do parceiro conjugal. Analisando a história tanto do sujeito que escolhe como também do sujeito escolhido torna-se mais evidente no ato da escolha inúmeras possibilidades e limitações a que está sujeita a futura relação. A tomada de decisões com base em critérios mais bem estabelecidos pelos sujeitos pode ser um fator importante no estabelecimento de uma relação conjugal mais equilibrada. Tomar consciência dos critérios utilizados para a escolha, pode gerar relacionamentos onde os sujeitos de comportem de forma mais tolerante consigo mesmo e com o outro.

Referências Bibliográficas

- ARAUJO, M. F. Amor, casamento e sexualidade: velhas e novas configurações. In: *Revista Psicologia, Ciência e Profissão*, n.º 2, São Paulo: 2002, p. 70-77.
- BEE, H. *O ciclo vital*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- BÍBLIA SAGRADA. São Paulo: Ave Maria, 1975.
- CARVALHO, V. B. C. L. de. *Desenvolvimento humano e psicologia: generalidades, conceitos e teorias*. Belo Horizonte UFMG, 1996.
- COSTA, M. (org.). *Vida a dois*. 11a. ed. São Paulo: Mandarim, 1996.
- COWAN, C.; KINDER, M. *Mulheres inteligentes, escolhas insensatas: como encontrar os homens certos e evitar os errados*. 28a. ed. Rio de Janeiro: Rocco Ed., 1991.
- CUSCHNIR, L. *A relação mulher & homem: uma história dos seus encontros e diferenças*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.
- DOR, J. *Estruturas e clínica psicanalítica*. 3a ed. Rio de Janeiro: Taurus, 1994.
- ENCICLOPÉDIA ENCARTA. *Casamento*. [CD-Room]. Britânica, 2002.
- ERIKSON, E. H. *Identidade: Juventude em crise*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1968.

- FREUD, S. Algumas conseqüências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos (1925). In: *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1976, p. 303-307.
- FREUD, S. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade (1905). In: *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1972, p. 121-252.
- GIKOVATE, F. *Vida a dois*. 11.^a ed., São Paulo: Madarim, 1996.
- GRAY, J. *Marte e Vênus juntos para sempre: Novas formas de relacionamento para o amor duradouro*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- GRAY, J. *Homens, mulheres e relacionamentos: fazendo as pazes com o sexo oposto*. 2. ed., Rio de Janeiro: Rocco; 1996.
- MONTEIRO, A. M. Avanços no estudo da conjugalidade: os casais de dupla carreira. In: *Revista Psicologia, Ciência e Profissão*: n.º 3; São Paulo: 2001, p. 10-19.
- MORGAN, L. H. *A sociedade primitiva*. 3.^a ed. São Paulo: Editorial Presença, 1989.
- MURARO, R. M.; BOFF, L. *Feminino e masculino – uma nova consciência para o encontro das diferenças*. Rio de Janeiro: Sextante, 2002.
- NASIO, J. D. (org). *Introdução às Obras de Freud, Ferenczi, Groddeck, Klein, Winnicott, Dolto, Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.
- NASIO, J. D. *Lições sobre os sete conceitos da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.
- PEASE, A. e B. *Por que os homens fazem sexo e as mulheres fazem amor?: uma visão científica (e bem humorada) de nossas diferenças*. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.
- RÚDIO, F. V. *Compreensão humana e ajuda ao outro*. 3.^a ed., Petrópolis (RJ): Vozes, 1999.